

O PAPEL DE ORGANIZAÇÕES ALEMÃS NA EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL: 1890-1914

*Mercedes Gassen Kothe**

*Doutora em História Social. Professora da Universidade de Brasília e da União Pioneira de Integração Social - UPIS.

Histórico

No decorrer do século XIX, foram criadas diversas associações e sociedades que se ocuparam com a emigração.¹ O seu surgimento está ligado à intensidade da emigração. Todas as que se formaram, laicas ou religiosas, tinham algum interesse nos emigrantes, seja porque, no exterior, poderiam continuar sendo consumidoras de produtos alemães, seja porque seriam propagadoras da cultura alemã ou de determinada religião. O fato é que acabou havendo estreitos contatos entre diversas organizações e até a fusão de algumas. Elas perceberam que a saída de milhares de pessoas do país poderia trazer benefícios para a Alemanha, seja na área econômica (novos mercados de exportação, abastecimento com matérias primas), seja na área social (excedente populacional, evitar conflitos) ou religiosa (evangelização, internacionalização do credo).

A concepção de que os emigrantes eram apenas instrumentos de manipulação da burguesia alemã, interessada em usá-los, utilizando a ideologia do "Deutschtum" para aumentar a sua taxa de lucro mediante a colocação de produtos no mercado sul-brasileiro, precisa ser mais diferenciada, assim como precisa ser revista a concepção de que os agentes recrutadores na Europa seriam meros "espertalhões", interessados em uma nova forma de comércio com gente, uma espécie de escravidão moderna. Esses agentes conseguiram não só ajudar decisivamente na superação do sistema escravocrata no Brasil, como obrigaram também à modernização social da Alemanha. Cada emigrante que eles recrutavam e levavam para o Brasil, seja como colono, seja como empregado de fazenda, era praticamente uma denúncia das más condições existentes dentro da Alemanha e, mesmo sem o saber, um agente anti-escravocrata dentro do Brasil. A sua atuação foi duplamente decisiva na superação do sistema escravocrata e na introdução e desenvolvimento do capitalismo no país de imigração.

Quanto ao que se passou com os teuto-brasileiros, que tinham uma concepção de que os produtos da tecnologia alemã eram mais avançados, tal concepção não se voltava tanto contra produtos ingleses, norte-americanos ou franceses, concorrentes da Alemanha, mas geralmente contra a carência ou a má qualidade dos produtos da incipiente indústria brasileira. Tal postura serviu, em primeiro lugar, para introduzir no Brasil mais tipos de produtos

¹ Em função de não existir grande diferença entre os objetivos das Associações e Sociedades que serão analisados neste capítulo, optamos por utilizar como nome comum: "organizações".

dos países industrializados, o que foi um concreto processo de modernização. Na medida em que os produtos brasileiros passaram a ter melhor qualidade, cessou também a postura de exigir produtos europeus.

O atendimento dessa exigência deu um salto básico no país com a presença de fábricas de capital estrangeiro.

Assim, a mentalidade dos imigrantes alemães e seus descendentes, embora fomentada pela saudade da pátria perdida, serviu para o progresso do país: era também a expressão de uma resistência ao processo de aniquilamento da identidade própria e imposição de outra. Papel semelhante tiveram também os imigrantes italianos e espanhóis, e mais tarde os japoneses. Deve ainda ser levado em conta não só o abandono e o menosprezo em que os imigrantes ficaram no exterior por parte do governo alemão, mas o fato de, à medida que eles tinham uma visão utópica da Alemanha e um paradoxal amor à antiga pátria, isso permitiu que fossem usados como instrumentos para uma política externa alemã. Esse amor à "Alemanha" não significava, no entanto, um "amor" incondicional à política governamental alemã.

O emigrante alemão ia para um país como o Brasil em busca da utopia, procurando melhores condições de vida, sonhos que assumiam forma concreta na medida em que ele, no sul do Brasil, encontrava uma terra fértil, rica em flora e fauna (mais que na Alemanha), com um inverno menos rigoroso e possibilidades de adquirir terras. Muitos emigrantes, oriundos do leste do Elba, ficaram, assim, livres dos grandes proprietários. Os equivalentes a estes, que seriam os grandes fazendeiros existentes, por exemplo, ao sul do rio Jacuí, não tinham poder direto sobre os colonos. Estes não eram peões de fazenda, mas proprietários de suas terras, ainda que fossem minifúndios.

À medida que os colonos foram encontrando dificuldades dentro do Brasil, à medida que a Alemanha se tornava apenas uma longínqua lembrança, um "ouvir dizer", e não mais experiência vivida e, à medida que ela se industrializava e desenvolvia, a própria Alemanha é que passou a desempenhar essa função de ser o espaço da utopia. Essa "Alemanha" era um país idealizado, em que dados positivos e reais serviam para criar uma imagem que, eliminados os elementos negativos do país, não coincidia com o governo e a sociedade de fato existentes. Servia, no entanto, para afirmar a

identidade diferenciada do teuto-brasileiro em relação ao luso-brasileiro, ao afro-brasileiro e ao elemento indígena. Essa "Alemanha" era uma base positiva, para uma minoria, que ia sendo forçada a abdicar de sua língua, de sua cultura, de sua identidade. Isso tudo não pode ser apenas reduzido a uma síndrome de "racismo" dos alemães, pois, atrás da aparente pretensão de superioridade, escondiam-se questões e avaliações outras: o direito das minorias em manterem a sua língua, a sua identidade e cultura; a imposição da identidade ditada pela oligarquia, segundo o padrão da tradição metafísica platônica; a negação de uma cultura com grau maior de desenvolvimento em termos de tecnologia da produção; o sistema de organização da assistência social; a formação de classes médias num país constituído à base do contraste entre a minoria latifundiária e massas de origem tribal e escrava.

As associações e sociedades foram ativas no encaminhamento e na assistência do emigrante, além de terem tido destacado papel na expansão e na conquista de novos mercados para a exportação alemã. Sem a atuação de algumas delas, não teria sido possível a manutenção da cultura e língua alemã no Brasil durante gerações. Reivindicaram junto ao governo alemão, durante décadas, a necessidade de organizar a emigração de modo sistemático, a fim de dirigir o emigrante para áreas favoráveis à manutenção da cultura alemã, que ao mesmo tempo fossem propícias à exportação de mercadorias. A partir do período Caprivi, as organizações passaram a receber alguma atenção por parte do governo teuto, pois, devido ao crescente processo de industrialização, o país necessitava de novas áreas de exportação e, como a maioria dos emigrantes ia para os Estados Unidos, que já eram considerados concorrentes da Alemanha, percebeu-se a necessidade de dirigir a emigração para um país alternativo.

As condições oferecidas ao imigrante no Brasil podiam não ser fundamentalmente melhores do que às que tinham levado à proibição de emigrar (Decreto van der Heydt), mas, se convinha à Alemanha ter mais alemães no Brasil e menos nos Estados Unidos, então se retirava a proibição anterior. É como se a realidade fosse constituída a partir de interesses: variando a constelação dos interesses dominantes na Alemanha, alterava-se "a realidade" no Brasil. Para conseguir o objetivo de direcionar a emigração, era necessária a existência de um escritório de informações, tendo

várias organizações se oferecido para assumir essa função. Ele começou de fato a funcionar no início do século XX, dirigido pela Sociedade Colonial Teuta, assumindo o *status* de órgão oficial. Com maior ou menor efetividade, praticou-se durante décadas a orientação e direcionamento dos emigrantes para áreas propícias aos interesses das organizações.

As organizações foram criadas por iniciativa privada de industriais, comerciantes, professores, engenheiros, advogados e políticos. Uma das primeiras associações com atividades no Brasil foi a "Associação Hamburguesa de Colonização de 1849". Alguns anos mais tarde surgiu o "Comitê para os Alemães Evangélicos no Sul do Brasil". Outras organizações, com perfil diversificado, surgiram após a criação do Império Alemão em 1871. A iniciativa das organizações encontra, a partir de 1896, a sua expressão na introdução de certas medidas adotadas pelo governo alemão: 1896 - levantamento parcial do Decreto van der Heydt, para o Sul do Brasil; 1897- surgimento da Lei de Emigração e a concessão, para a Sociedade Hanseática de Colonização, de atuar em Santa Catarina, fatos estreitamente ligados entre si, no que se refere à política de emigração para o Brasil. As principais medidas adotadas na Lei de Emigração de 1897 foram: 1) somente companhias de navegação alemãs poderiam transportar os emigrantes, a partir dos portos alemães; 2) proibia-se a atuação de agentes estrangeiros dentro da Alemanha, com a intenção de dirigir a emigração; 3) a emigração para os países que adiantavam os custos da passagem ficou proibida.

Outra meta é encontrada nas palavras do chanceler alemão aos diplomatas no Rio de Janeiro, quando informava: "Observo primeiramente que, como se mostra na fundamentação da lei imperial de emigração, o objetivo do regulamento não foi somente a assistência patriarcal aos emigrantes, mas sobretudo também a manutenção da germanidade e a utilização da emigração para os interesses da pátria, e isso mediante o desvio da emigração de lugares inadequados e o seu direcionamento para os mais convenientes."² O interesse do governo alemão, em relação aos emigrantes, baseou-se, sobretudo, na expectativa de que eles, além de consumidores de produtos industriais alemães e não novos reforços aos países concorrentes, passassem a estar em áreas onde aumentariam o prestígio do país perante outras nações.

Desde meados dos anos 50 do século XIX já havia a preocu-

² BAChP, AA, Nr. 29679, p.86 verso, em 23.03.1908.

pação e o interesse, se bem que não “oficialmente declarado”, em relação a lugares que fossem mais propícios para dirigir os emigrantes, não sendo por acaso que vários viajantes - entre eles Robert Avé-Lallemant, Friedrich Gerstäcker e Johann Jakob von Tschudi (diplomata suíço no Brasil) - fizeram viagens pelo Brasil, que resultaram em livros, descrevendo várias regiões do país e a situação dos imigrantes.³ Todos foram unânimes em elogiar as condições de prosperidade dos Estados sulinos, alertando contra a emigração para as demais regiões. Eles apontavam as boas condições existentes no Sul para a manutenção da língua e da cultura, enfatizando a necessidade de haver maior preocupação por parte do governo alemão com o destino de seus emigrados.

Por esse motivo, as organizações, destacando-se entre elas as religiosas, apoiaram os imigrantes, mediante o envio de pastores, professores, subvenção parcial de escolas de língua alemã etc. Nem sempre a ajuda foi em dinheiro, mas através do envio de material escolar, instrumentos e livros. Com frequência, diretores e membros de uma organização atuavam, ao mesmo tempo, em outras. Basicamente era o mesmo grupo que se dedicava sem qualquer remuneração ao “interesse coletivo”, através de instituições diversas.

Hamburger Kolonisationsverein von 1849 e Hanseatische Kolonisationsgesellschaft

A “Associação Hamburguense de Colonização de 1849” foi a primeira a atuar no Brasil, adquirindo terras em Santa Catarina, fundando, em 1851, na colônia Dona Francisca, as colônias de Joinville e São Bento.⁴ As terras eram vendidas em lotes aos imigrantes, conseguindo a Associação certo lucro com a venda. Não conseguiu, no entanto, vender todas as terras, devido à pouca entrada de imigrantes, e, como os custos com a administração eram bastante elevados, trabalhou durante décadas com prejuízos. Em um relatório, Krauel, diplomata no Rio de Janeiro de 1894 a 1897, afirmava: “A Associação Hamburguense de Colonização de 1849, que adquiriu terras para colonizar em Joinville e São Bento, nunca fez bons negócios, embora tenha no início encontrado mercado e colonos, e o governo brasileiro tenha dado elevadas subvenções

³ Fritz Sudhaus. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Inaugural-Dissertation, Hamburg, 1940. O autor analisa a atuação e as obras dos viajantes no Brasil, discorre ainda sobre viagens de cientistas alemães no Brasil.

⁴ Jürgen Hell. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland*. Inaugural Diss., Rostock, 1966. Veja ainda: Richard Krauel. *Deutsche Interessen in Brasilien*. Palestra proferida na Deutscher Kolonialgesellschaft, em 09.01.1900. Hamburg, 1900.

para a construção de estradas. Desde o início, a Associação contou com recursos demasiado reduzidos, e, quando o número de emigrantes diminuiu, reduziram-se as entradas - para o surgimento de uma ligação regular de portos brasileiros e alemães não havia dinheiro -, em suma, a atividade da Associação estagnou quase completamente nos últimos decênios, e já estava mais do que na hora quando, em 1897, ocorreu sua alteração para: “Sociedade Hanseática de Colonização”. A Sociedade está estreitamente ligada com as grandes linhas de vapores alemãs, cujos navios mantêm um transporte direto de passageiros para São Francisco e Itajaí, os portos de entrada para a região da colônia.”⁵

Através desse registro, pode-se verificar que - com a mudança para Sociedade Hanseática de Colonização - a maioria dos acionistas passou para a nova sociedade, porque não queria perder o capital investido anteriormente, e porque tinha interesses comerciais com o Brasil. O fato de a Sociedade não ter conseguido atrair mais imigrantes para a área deve ser atribuído à criação da colônia do Dr. Blumenau, localizada a cerca de 60 quilômetros de distância. Os dois empreendimentos se esforçaram para atrair imigrantes, tornando-se concorrentes. Ambos solicitaram diversas vezes auxílios ao governo alemão, mas não foram atendidos, fato que está de acordo com a geral indiferença alemã quanto ao destino de seus antigos cidadãos, considerados “traidores” da pátria pelas forças conservadoras dominantes.

A Associação Hamburguense de Colonização de 1849 “era na realidade uma sociedade de ações, atrás da qual se encontravam os interesses do capital comercial liberal, que lucrava já com o aumento da frota comercial, que dependia da emigração.”⁶ Ela foi criada num período em que grande número de pessoas se dirigia para o Brasil: tinha por objetivo não só lucrar com o transporte dos emigrantes, mas com a venda de terrenos, gêneros alimentícios e utensílios. Caso a sua atuação tivesse tido resultados positivos, certamente associações criadas décadas mais tarde teriam também adquirido terras no Brasil para erigir colônias. Como a Associação não estava em condições de pagar os créditos e juros ao governo brasileiro, ela propôs, na década de 1890, a venda dos bens adquiridos.

Em 1891, Carl Fabri, gerente dessa Associação, afirmava em um memorando: “A Associação Hamburguense de Colonização de

⁵ Krauel, op. cit., p. 15.

⁶ Hans Jürgen Prien. *Evangelische Kirchenwendung in Brasilien*. In: *Geschichte und Gestalten*. Vol. 10. Guterstloher, 1989, p. 42.

1849 está disposta a vender todas as propriedades, direitos, créditos e débitos por um preço de 125.000 marcos. A peritagem mostrou, de modo indubitável, que somente com a imediata aplicação de grandes somas de capital é que o projeto promete um crescimento contínuo. Para tal investimento a antiga Associação, enquanto tal, não está, financeiramente em condições de fazê-lo.”⁷ A venda tornou-se necessária, pois, caso contrário, todos os anos de esforços terão sido em vão. Como a maior parte das terras adquiridas ainda não havia sido revendida, elas continuaram abandonadas, a reduzida entrada de imigrantes tornou o empreendimento inviável.

Fabri, no mesmo relatório, ainda observava: “Todos os alemães, que se estabeleceram nos Estados do Sul, tornaram-se bons cidadãos brasileiros, mas que, na verdade, não esqueceram a antiga pátria, tendo uma dívida de gratidão para com a nova pátria, à qual muito devem. (...) Olhando para essas regiões, nós não pensamos em nenhuma anexação política, não por temor diante de uma nova doutrina Monroe, mas em função do interesse real e econômico da Alemanha e desses Estados. Voltados para o futuro, realmente não pensamos em hasteamentos de bandeiras alemãs, mas na formação de colônias teuto-sulamericanas, nas quais o elemento germânico terá preponderância e que, como hoje já ocorre, há de manter e estimular um ativo intercâmbio econômico e comercial com a antiga pátria.”⁸ Por essa manifestação, pode-se notar que a principal preocupação era um maior intercâmbio econômico da Alemanha com o Brasil, especialmente com os Estados do Sul, onde se encontrava a maioria dos imigrantes.

As negociações demoraram anos, até que, finalmente, surgiram na Alemanha interessados em assumir os compromissos da Associação, bem como em levar avante o seu projeto de colonização. Não se pode, nesse sentido, falar de uma grande ânsia imperialista alemã em relação ao Sul brasileiro. Pelo contrário, oferecida à venda em 1891, só em 1897 é que finalmente surgiu a Sociedade Hanseática de Colonização, sobre a qual Cornelius registrou: “Ela originou-se da Associação de Colonização de 1849, a fundadora das colônias Dona Francisca e São Bento (hoje Joinville), e assumiu suas concessões de povoamento de 650.000 hectares de terras. O maior proprietário do HKG é a firma Hermann Stoltz, de Hamburgo.”⁹ Com o surgimento da Lei de Emigração, de 1897, a Sociedade recebeu autorização, por parte do governo alemão, de levar

⁷ BArchP, AA, Nr. 29660, p. 182 verso. Publicado por C. Fabri em 04.11.1891.

⁸ Idem op. cit., p. 194.

⁹ Carl G. Cornelius. Die deutschen im brasilianischen Wirtschaftsleben. In: *Schriften des Deutschen Auslands-Instituts*. Stuttgart, 1929, p. 65.

emigrantes alemães para a área adquirida. A fim de conseguir atraí-los, foi-lhe permitido fazer propaganda, embora isso fosse proibido desde 1897 na Alemanha. Atuou no Sul do Brasil junto com outros dois empreendimentos privados (Blumenau e Meyer).

No mesmo período, o *National-Zeitung* declarava: “Para promover a emigração alemã ao Brasil, quase não existem, do nosso ponto de vista, condições no momento, mesmo não levando em conta as opiniões divergentes quanto à expectativa de os alemães virem a encontrar lá boas condições de sobrevivência de um modo duradouro. No momento, faltam na Alemanha trabalhadores de tudo quanto é tipo, tanto em profissões industriais como agrícolas: noticia-se até que são utilizados prisioneiros para auxiliar na mineração e soldados nas fábricas de açúcar. (...) Entrementes, seria melhor, ao invés de estimular a emigração para o Brasil, tratar de promover boas condições para fixar alemães nas carentes regiões fronteiriças a leste do rio Elba e, por outro, em nossas colônias africanas.”¹⁰ As sugestões tiveram pouco efeito, a emigração já vinha diminuindo há anos, poucos se dirigiram para a África e também não ocorreu uma migração da parte ocidental para a oriental, região, que apresentava o maior índice de saídas.

Em 1898, em uma sessão do ministério imperial, foi discutido o requerimento da Sociedade quanto a uma concessão para promover a emigração para o Brasil. A pergunta do Ministro de Estado foi no sentido de saber se as pessoas achariam um destino mais feliz na mata brasileira, ao invés de ficarem em casa. Para a medida pode ser citado que seria desejável que a germanidade no Sul do Brasil fosse fortalecida, e que as colônias, caso não recebessem reforço estariam sujeitas a degenerar. Estes eram, no entanto, interesses dos que já estavam no Brasil, e o Sul do Brasil, como mercado para produtos alemães, possuía pouca importância. A força motriz no empreendimento eram as sociedades de navegação, essas sim, possuíam um interesse no caso, pois ele, ministro, já se havia convencido de que os navios de emigração, de Hamburgo e Bremen, estavam vazios.¹¹

A Sociedade recebeu a autorização para fazer propaganda na Alemanha e levar até 1.000 colonos por ano para as quatro colônias do “Projeto Hansa” - Itajaí-Hercílio, Itapocu, São Bento e Piraí - onde cada um podia adquirir até 25 hectares, que tinham de ser pagos à vista ou a crédito. Uma das reivindicações do governo brasileiro,

¹⁰ BArchP AA, Nr. 30306, p. 19.

¹¹ BArchP, Reichskanzlei, Nr. 676, p. 78. Discurso do Conde von Posadowsky.

para fazer a concessão, tinha sido que fossem levados anualmente até 5.000 colonos. Isso não foi aceito, no entanto, pelas autoridades alemãs, pois implicava em retirar mão de obra dos grandes proprietários rurais, que haviam se posicionado contra o projeto.¹²

Apesar dos esforços realizados, não foi possível concretizar tal objetivo: o número de pessoas foi mais reduzido e bastante irregular de um ano para outro. Jamais se conseguiu alcançar, em todo o período de atividade, a quantidade permitida de 1.000 pessoas por ano. Além disso, muitos que tinham se dirigido para alguma colônia abandonaram-na em pouco tempo, dirigindo-se para outros lugares, especialmente vilas ou cidades, pois a maioria era composta de trabalhadores industriais, e estes, dificilmente, se adaptavam ao trabalho agrícola.

Pela permissão de agenciar emigrantes, que foi concedida à Sociedade, esta teve de comprometer-se a levá-los até o seu lugar de destino e, levá-los gratuitamente de volta caso não fossem aceitos, o que podia ocorrer caso tivessem, por exemplo, contraído doenças contagiosas; ela também tinha de adiantar dinheiro ou fornecer alimentos, bem como dar abrigo aos imigrantes até serem construídas as suas casas, o que devia ocorrer num prazo de até dois meses após a chegada. Obrigava-se ainda a erigir igrejas e escolas em terrenos por ela cedidos gratuitamente, bem como a providenciar assistência médica e os medicamentos necessários.¹³ Hell afirma que a Sociedade não atendeu à exigência de construir igrejas e escolas, cabendo tal iniciativa aos colonos. Não foram encontrados dados que confirmem ou neguem tal afirmação.¹⁴ Pode ser que a Sociedade somente tenha fornecido uma parte do dinheiro para a construção, tendo os imigrantes sido obrigados a erigirem eles próprios os prédios.

A Sociedade sempre esteve em dificuldades financeiras, tendo seguidas vezes solicitado créditos aos acionistas e ao chanceler do império. Pelo Decreto nº 3, de 8 de janeiro de 1924, ficou anulado o contrato estabelecido em 1895, entre a Sociedade e o governo do Estado de Santa Catarina e reconhecido o direito de propriedade sobre as terras pagas até 1906.¹⁵ Durante anos a organização continuou introduzindo colonos europeus e teuto-brasileiros na região, tendo conseguido vender, entre 1924 e 1938, um total de 65.812 hectares. Em 1942, à época do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, seus bens passaram

¹² Gerhard Brunn. *Deutschland und Brasilien (1890-1914)*. In: *Latinoamericana Forschungen 4*, Köln-Wien, 1971. Veja ainda: Klaus Richter. *A sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*, UFSC, 1986. O autor em sua obra faz um estudo detalhado das atividades da Sociedade: suas negociações com o governo brasileiro, as dificuldades em angariar colonos, as atividades desenvolvidas na colônia até o ano de 1922.

¹³ MLHA Schwerin, MDI Nr. 10829/18, E: Staatsarchiv Hamburg, 111-I Senat, C 11, Lit. 1, Nr. 16, Vol. 33, Fasc. 12.

¹⁴ Hell, op. cit.

¹⁵ Richter, op. cit.

a ser administrados pelo governo brasileiro.

A construção da ferrovia Blumenau-Hammonia ocorreu graças aos seus esforços junto às autoridades alemãs, ferrovia que, aliás, tinha sido projetada para se estender até o porto de São Francisco, em Santa Catarina. Somente o primeiro trajeto foi construído com capital alemão, tendo a outra parte sido construída mais tarde pelo governo brasileiro.¹⁶ Desde o início, a construção da ferrovia não contou com o apoio de todos os acionistas. Isso aparece em uma carta-resposta de Ballin, diretor da Linha Hamburgo-América, a Wiegand, diretor do Lóide Nórdico Alemão: “Do ponto de vista nacional, e em virtude da grande falta de trabalhadores que temos aqui e que ameaça seriamente nosso desenvolvimento no setor industrial, só podemos nos alegrar que já não exista mais uma emigração alemã digna de menção. Por isso, não sei por que teríamos nós de construir ferrovias no Sul do Brasil, para lá estabelecer alemães. E, no que diz respeito às pessoas que já estão fora, acredito que elas estão bem lá, mesmo sem ferrovias: na maioria são eslavos e galícios. E ainda que sejam na maior parte alemães, creio que esses colonos pouco lhe agradecerão, por seu sacrifício de tempo e dinheiro.”¹⁷

Isso está bem longe da concepção, tão divulgada na imprensa inglesa, francesa, norte-americana e brasileira - e assumida por vários historiadores -, de que teria havido um grande planejamento e esforço no sentido de uma expansão imperialista alemã. Para a colocação dos produtos e a prosperidade da colônia, e portanto do país, era necessária a abertura de vias de comunicação, opinião partilhada pelos colonos, os quais tiveram de ajudar na construção da ferrovia. Conseguiram, no entanto, descontar, através do preço do seu trabalho, as prestações das terras adquiridas.

Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Ausland

A “Associação Central para a Geografia do Comércio e Incentivo dos Interesses Alemães no Exterior” foi criada em 1878, tendo como presidente, durante muitos anos, o Dr. Jannasch. Este, e Siegfried Passarge, Paul Rohrbach e Hans Pasche, foram, na Alemanha, os mais importantes políticos da colonização. Entre os

¹⁶ Hell, op. cit.

¹⁷ Staatsarchiv Hamburg, Sen. Kom. f. d. Reichs und Auswärtigen Angel. Alt. Reg. C III, C 48, Bd. 1.

principais objetivos dessa organização constavam: "(...) organizar e manter estreitas ligações dos alemães que vivem no exterior com os da pátria. (...) Em função dos conhecimentos adquiridos sobre o exterior, a Associação deseja promover a emigração para países que ofereçam boas condições para o estabelecimento de alemães e nos quais a consciência do povo alemão possa manter-se viva."¹⁸

Essa preocupação também é encontrável em outras associações, que desejavam que os alemães no exterior se mantivessem, na medida do possível, em grupos compactos, para não se diluírem logo em outras nacionalidades, pois somente assim poderiam manter melhor a integridade, a identidade étnica e a defesa dos seus interesses. Isso foi possível no Sul do Brasil durante algumas décadas, até que políticos nativistas, temendo o aumento do poderio econômico e político das colônias, não permitiram que elas continuassem a ser estabelecidas com um só grupo de imigrantes. Estabeleceu-se uma quota por número de nacionalidades de imigrantes, a qual deveria ser seguida, o que ocorreu a partir de 1906. O órgão de informação dessa organização era o *Export*, que já vinha, anos antes do surgimento da Lei de Emigração, manifestando-se através de artigos contra alguns itens constantes no projeto de lei. As críticas da Associação se dirigiam especialmente contra o item que proibia a emigração de pessoas para as quais governos estrangeiros adiantassem passagens: era contrária aos seus interesses uma limitação da emigração.

Em 1892, sem levar em conta as notícias, que alertavam contra as más condições de trabalho existentes, no Estado de São Paulo, para os trabalhadores europeus nas fazendas de café, Jannasch, referindo-se a itens da Lei de Emigração, principalmente ao § 23, declarava em um artigo: "Não sou de opinião que o novo projeto apresenta um notável progresso. Sobre muitos de seus parágrafos pode-se discutir. Por que a lei deseja dificultar a emigração nos casos, nos quais governos estrangeiros, sociedades de colonização ou empreendimentos semelhantes pagam a passagem? Austrália, Canadá, Chile e Brasil fizeram isso várias vezes e muitos emigrantes foram beneficiados com isso, puderam fazer economias através desses favores."¹⁹

Sobre a impossibilidade da maior parte dos imigrantes, que se encontravam no Estado de São Paulo, conseguirem economizar, já haviam sido divulgadas notícias desde os anos 50, e é de se supor

¹⁸ Herbert Gottwald. Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande. Dieter Fricke (Org.). In: *Lexikon zu Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerlichen Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945*. Vol. I. Leipzig, 1983. p. 427.

¹⁹ BAChP, Reichskanzlei, Nr. 675, p. 266.

que o Autor conhecesse as condições existentes. Ignorou-as, em função de sua interpretação dos interesses da Associação. Jannasch havia visitado, em 1881, uma exposição de produtos alemães em Porto Alegre, organizada por Karl Koseritz - ambos lutavam por uma maior integração econômica entre os Estados do Sul e a Alemanha - como membro e presidente da "Associação Central", oportunidade em que fez um discurso, afirmando: "Pretende-se encaminhar aquela população ativa, econômica e laboriosa para países cujos produtos ainda não fossem fazer concorrência aos da indústria de sua pátria e onde o imigrante continuaria por largos anos a ser consumidor de mercadorias alemãs."²⁰ Referia-se aí à população alemã emigrante para o Brasil, já que o país não era um concorrente da indústria alemã. Essa linha de atuação foi posteriormente adotada pelo governo alemão, mas o Sul do Brasil nunca foi um mercado relevante para a economia alemã, nem decisivo para o seu desenvolvimento.

Em 1895, foi publicado na revista da Associação o seguinte: "(...) o aumento anual da população alemã, em torno de 500.000 pessoas, e, especialmente, o aparecimento de jovens trabalhadores, empurra os mais velhos para fora do seu emprego, deixando-os sem ganha-pão ou dificultando as possibilidades de consegui-lo. Enquanto o Estado, em tal circunstância, não fornecer trabalho, salário, aos prejudicados, enquanto ele não reconhecer o direito ao trabalho, ele também não terá o direito de proibir a emigração, ou dificultá-la, mas sim, muito mais, como moderno Estado cultural, o dever de aproveitar essa força de trabalho, tanto tempo e de modo tão abrangente em seu interesse, quanto possível."²¹ Aí se percebe também a relevância que teve a emigração para o avanço da legislação social trabalhista dentro da Alemanha.

Apesar de todas as propostas que a Associação fez ao governo, ela não conseguiu sensibilizar os setores governamentais alemães, no sentido de ser permitida a livre emigração para todos os Estados brasileiros. No entanto, devido à falta de controle da migração dentro do Brasil, a proibição, dentro da Alemanha, de emigração para o território extra-Sul do Brasil tinha antes o sentido de um alerta, para os emigrantes alemães, quanto ao que encontrariam nas outras regiões: não era uma eficiente medida, realmente capaz de impedir que eles fossem para Minas Gerais, Goiás ou Bahia. Após a criação da Sociedade Colonial Teuta, a Associação caiu para

²⁰ *A Província de São Paulo*, 14.01.1883.

²¹ BAChP, AA, Nr. 30276, p. 37.

o nível secundário de uma agência de aconselhamento e informação.²² Essa função passou a ser assumida, anos mais tarde, também pela Sociedade Colonial, o que mostra que essa associação teve de ceder espaço a outras instituições mais fortes ou melhor organizadas, embora ela tenha continuado a existir até o ano de 1925.

Deutsche Kolonialgesellschaft

A Sociedade Colonial Teuta foi criada em 1887, com a intenção de estender as suas atividades para todas as áreas onde se encontrassem alemães no exterior. Entre os seus principais objetivos constava, no § 2 dos Estatutos: "1- dedicar-se ao trabalho nacional da colonização alemã e levar para círculos sempre maiores, o reconhecimento e necessidade disso. 2- promover a solução prática das questões coloniais. 3- favorecer a apoiar empresas de colonização nacionais alemãs. 4- atuar com solução apropriada nas questões ligadas à emigração alemã. 5- manter e fortalecer a economia e a ligação espiritual dos alemães no exterior com a pátria."²³ Para concretizar isso, ela pretendia estabelecer um Departamento de Emigração, como já ocorria, por exemplo, com a Sociedade Geográfica. Suas propostas básicas eram de modo geral semelhantes às de outras organizações. Coube, no entanto, à Sociedade Colonial um papel de destaque entre todas as organizações que existiram até depois da Primeira Guerra Mundial. As suas principais atividades concentraram-se especialmente nas colônias alemãs da África.

Em 1896, foram alterados alguns parágrafos dos estatutos, passando a constar, por exemplo, no item 3 do § 2 : "fomentar e apoiar empresas nacionais de colonização alemãs ou realizar sozinho o empreendimento."²⁴ A alteração - o acréscimo de "ou através de esforçado empreendimento realizar sozinho a tarefa." - aponta o propósito de, além de reforçar colônias já existentes, caso se considerasse necessário, criar novas colônias, ou também promover a colonização de novas fora das colônias africanas. As suas atividades voltaram-se não só para as colônias da África, mas também para o Sul do Brasil. Como ficou explícito tanto no Congresso Colonial de 1902 quanto no de 1905, ela dirigiu a emigração para essa região. No terceiro Congresso, em 1910, a

²² Gottwald, op. cit., p. 427.

²³ Edgar Hartwig. Deutsche Kolonialgesellschaft. Dieter Fricke (Org.). In: *Lexikon zur Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerliche Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945.* Leipzig, 1983. Vol. I. p. 726.

²⁴ MLHA Schwerin, Kabinet III, Nr. 1635, p. 76.

região sul-brasileira passou a receber menos atenção por parte da Sociedade.

Johann Albrecht, Duque de Meklenburg, ocupou, como presidente da Sociedade Colonial, a direção dos três Congressos. Para as diversas organizações, era importante que as perspectivas de desenvolvimento dos emigrantes também não fossem esquecidas. Do Congresso de 1902, participaram diversas organizações ligadas à colonização, à emigração e ao comércio exterior, entre elas a Federação dos Industrialistas Alemães, Associação dos Industriais, Sociedades Geográficas, bem como Sociedades Missionárias evangélicas e católicas.²⁵ Após longas discussões, chegaram à conclusão de que a melhor área para se dirigir a emigração, devido às boas perspectivas de desenvolvimento, seriam os países da América do Sul, especialmente o Sul do Brasil.²⁶ Para atingir o objetivo de colocar mais emigrantes nessa área, deveriam receber mais auxílio as organizações que se encontravam atuando no Sul do Brasil, tais como a Sociedade Hanseática de Colonização e a Empreendimentos Dr. Meyer de Neu-Württemberg (Panambi) a qual o pesquisador de Leipzig e coproprietário do Instituto Bibliográfico, criou em 1898 como resultado prático de suas viagens de estudos para o Brasil.²⁷

O Dr. Meyer manteve estreita correspondência com o presidente da Sociedade Colonial, que em uma carta de 1902 escrevia: "Com satisfação tomei conhecimento de que o Senhor já está em contato com o chefe da agência de informação da Sociedade Colonizadora Alemã, o Sr. Consul Geral Koser, ao qual eu recomendei o seu interesse em ajudar a dirigir a corrente de emigração com o melhor de suas forças também para o Sul do Brasil, já que no momento é nossa principal tarefa conseguir organizar lá uma forte e compacta germanidade."²⁸ Na colônia do Dr. Meyer não entraram muitos imigrantes. Ele havia adquirido terras e passara a vendê-las aos colonos. O interesse da Sociedade Colonizadora Alemã baseava-se no desenvolvimento de colônias grandes e prósperas, que contribuiriam para a ampliação do comércio alemão, mas não tinham maior importância econômica para a Alemanha, como já ocorrera com a colônia do Dr. Blumenau. A Colônia Hansa conseguiu em seus empreendimentos, no máximo, o retorno do capital investido.

Como o direcionamento para o Brasil e outros países da

²⁵ Herbert Gottwald. Deutscher Kolonialkongress. Dieter Fricke (Org.). In: *Lexikon zur Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerliche Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945.* Leipzig, Vol. 2. 1984, p. 157.

²⁶ BArchP, AA, Nr. 29676, p. 92 verso.

²⁷ Sudhaus, op. cit.

²⁸ Idem, 61 Ko I, Deutsche Kolonial-Gesellschaft, Nr. 656, p. 22.

América do Sul não foi realizado em moldes considerados satisfatórios pela Sociedade, o Congresso de 1905 registrou em suas resoluções: “O Congresso Colonial declara como urgente e almejavél dirigir a emigração dos nossos conterrâneos, na medida do possível, para as nossas colônias alemãs; à medida que isso não for possível, atuar então para que os nossos emigrantes alemães dirijam-se, não como até agora, na grande maioria para aqueles países, em que eles logo perdem o modo de ser alemão, mas sobretudo dar a prioridade para aqueles onde já se encontram pioneiros alemães, língua alemã, cultura e escolas alemãs. Por isso, o Congresso Colonial considera correto dirigir a emigração dos nossos conterrâneos para regiões como o Sul do Brasil e os Estados platinos. Parece desejável averiguar pormenorizadamente, através de uma agência central, as condições de emigração de acordo com o seu desenvolvimento histórico e o seu estado atual, levando isso ao conhecimento público através de monografias.”²⁹

É preciso registrar que o direcionamento de emigrantes para colônias alemãs é que assume o primeiro lugar. A “colônias alemãs” no Sul do Brasil não eram vistas como parte das “colônias alemãs”, o que também não eram. O que se via, no entanto, com clareza era que, para os emigrantes individuais, seria melhor encontrarem gente da mesma cultura e origem étnica no novo país. Isso não pode ser reduzido a racismo. É basicamente um problema cultural e de preservação da própria identidade. Somente à medida que não fosse possível a ida para a África, então é que se daria preferência para o Sul do Brasil e a região do Prata, o que é compreensível por diversas razões, de ordem climática, econômica e demográfica.

Palestras sobre a colonização alemã no Sul do Brasil foram feitas por Jannasch, Meyer, Bolle e Sellin, que defenderam o empreendimento. O jornal *Germania* foi de opinião que a propaganda de emigração em favor do Brasil merecera pouca atenção no Congresso.³⁰ Cabe ressaltar que a emigração alemã não ocorreu mais em grande escala após 1894, e o Brasil não conseguia atrair muitos emigrantes. Na Alemanha, apesar dos esforços realizados pelas organizações junto a setores privados e públicos em conseguir verbas para obras em andamento no exterior, o resultado foi reduzido, como mostra o caso da ferrovia em Santa Catarina. Na seção VI do Congresso de 1910, tratou-se, em uma palestra, das perspectivas que teriam os alemães no Brasil; em outra, foi avaliada

²⁹ Idem, AA, Nr. 29982. pp 71/72.

³⁰ Idem, AA, Nr. 30314. In: *Germania*, São Paulo. O mesmo analisa as tendências do Congresso de 1905, e as alterações de posição dos participantes, em relação ao realizado em 1902. Mostra ainda que a nova postura adotada em relação ao Brasil, deve-se em parte ao governo brasileiro, o qual não cumpria as promessas feitas na propaganda para a imigração ao Brasil.

³¹ BArchP, Reichs-Kolonialamt, Nr. 7006.

a colonização no Estado de São Paulo.³¹ Participaram dessa seção o Dr. Meyer e Fabarius. Esse Congresso ocupou-se sobretudo com o desenvolvimento do comércio.

Verein für deutsche Auswandererwohlfahrt

A “Associação Filantrópica dos Emigrantes Alemães” teve como integrantes políticos, professores, profissionais liberais, os diretores da Linha Hamburgo-America, do Lóide Nórdico Alemão, e da Sociedade Hanseática de Colonização. O cargo de presidente foi ocupado pelo Prof. Dr. Kettler, que integrava a Sociedade Geográfica de Hannover. Os objetivos da organização iam basicamente na direção de uma política nacional de emigração, que orientaria os emigrantes para que refletissem seriamente sobre as vantagens e desvantagens da emigração. Caso não vissem possibilidade de permanecerem na Alemanha e quisessem mesmo emigrar, a Associação iria aconselhá-los a irem para áreas onde encontrariam melhores condições.³²

Em um artigo do *Kölnische Zeitung* de 1898, levando em consideração as dificuldades dos grandes latifundiários alemães em segurarem a sua mão de obra, a Associação propunha: “A dificuldade atual para conseguir e manter trabalhadores para a nossa agricultura local ameaça tornar-se uma calamidade. Por isso, para uma política de emigração que pretenda ser nacional, não pode aparecer como tarefa reforçar artificialmente a emigração do meio rural e da classe trabalhadora, mas, pelo contrário, a tarefa consiste em atuar no sentido de que os emigrantes dessas citadas camadas populacionais se torne mais fraca, tornando, ao invés disso, mais forte a das camadas populacionais que ameaçam fortalecer o proletariado das grandes cidades.”³³

A preocupação em evitar que os trabalhadores do campo emigrassem novamente em grande número, como em décadas anteriores, levou diversas associações - atendendo a solicitações dos proprietários rurais no sentido de se evitar que camponeses emigrassem -, a adotar uma política de emigração que se voltasse mais para os trabalhadores industriais desempregados. Isso ia, sem querer, de encontro ao processo de industrialização brasileiro, centrado em São Paulo, que acabou recebendo trabalhadores com qualifica-

³² BArchP, AA, Nr. 29958. O Prof. Dr. Kettler, presidente da Associação também ocupou o mesmo cargo na “Associação para questões de emigração”, criada em 1896. Idem, Nr. 29668, 29673.

³³ GSTA Merzeburg, Rep. 120, CXIII 20, Nr. 10, Vol. 16, p. 9.

ção industrial, ainda que muitos tenham inicialmente se estabelecido nas fazendas de café, pois esse Estado havia-lhes adiantado as passagens com esta finalidade.

No final do século XIX, ao contrário do ocorrido em décadas anteriores, a maioria dos emigrantes era composta por operários industriais. Enquanto na Alemanha se evitava, com isso, a marginalização de grandes contingentes de proletários, eles levaram o seu conhecimento e a sua experiência profissional para os países a que se dirigiam, contribuindo para o desenvolvimento do seu setor industrial e exigindo melhores condições de trabalho nas fábricas, o que acabou também trazendo benefícios para os trabalhadores nativos.

No relatório anual da Associação, em 1900, o presidente, ao discorrer sobre as atividades da entidade, avaliou que, para uma eficiente política de emigração, seria necessário seguir três metas principais: "Como primeiro objetivo colocamos a influência no direcionamento da corrente emigratória. A segunda tarefa - e muito mais difícil de uma política de emigração nacional - é conquistar alguma influência na composição da corrente emigratória. Trata-se aqui de acrescentar mais e mais, na corrente de emigrantes, elementos que ameaçam entre nós reforçar o proletariado das grandes cidades. Essa tarefa é tão difícil quanto importante, já que esses elementos primeiro precisam ser, em sua maioria, preparados para a emigração. Como último objetivo de uma pragmática política nacional de emigração, resulta ganhar influência na manutenção e ligação econômica, lingüística e cultural dos emigrados com a pátria."³⁴ A Associação reconheceu, no entanto, que não era conveniente a emigração de operários industriais, pois eles teriam dificuldades em se adaptarem ao trabalho agrícola no exterior, não só no Brasil, - pois, com exceção dos Estados Unidos -, os demais países não desejavam trabalhadores industriais.

Objetivos semelhantes, ainda que não tão claramente expostos, já haviam sido colocados por outras associações. Caso conseguissem alcançá-los, isso seria vantajoso tanto para a Alemanha, - visto que existiria uma população no exterior que manteria a língua e as tradições, consumindo produtos alemães, (um modelo semelhante existente entre a Inglaterra e seus cidadãos nos Estados Unidos) - quanto para os emigrantes, que contariam com a ajuda e a proteção da antiga pátria. No caso do Brasil, em termos de proteção

³⁴ BAChP, AA, Nr. 29958, p. 87.

da antiga pátria, os imigrantes praticamente quase nada receberam, ainda que a tenham solicitado ajuda por diversas vezes, especialmente durante as revoltas ocorridas no Sul do Brasil durante o século XIX, quando as suas plantações foram devastadas, o seu gado e outros bens levados pelas tropas. A falta de proteção por parte do governo alemão pode ter ocorrido porque este evitava entrar em conflitos com o governo brasileiro.

Alldeutsche Verband

A "Liga Pangermânica" não foi uma organização governamental, ainda que em parte tenha atuado com apoio do governo. Na política externa, ela atuou em geral mais agressivamente que o governo. Sua postura foi extremamente nacionalista, sua atividade não se orientou em primeiro lugar para a colonização, mas para a política da germanidade. Como ela se tornou conhecida em função da propagação e manutenção da língua e dos usos e costumes alemães no exterior, é necessário analisar alguns dos seus pontos de vista. Teses, livros e artigos, que analisam toda a trajetória da Liga já foram escritos.³⁵ Por isso, apenas serão analisados alguns dos seus principais objetivos, relacionados com a manutenção das tradições alemãs no Brasil.

Além de sua atividade no exterior, ela também foi ativa na Alemanha, na medida em que se posicionou várias vezes, através da imprensa, contra a imigração dos povos do Leste. A sua fundação deu-se em decorrência do Acordo Helgoland-Sansibar, através do qual a Alemanha comprometeu-se a entregar aos ingleses uma região bem maior e mais valiosa do que a que receberia em troca. Um grupo de expansionistas e nacionalistas alertou para as sucessivas "perdas" de territórios que iam sendo consecutivamente ocupados por outras potências. Sobre isso, a Liga declarou: "Nós éramos proprietários das Carolinas, o governo alemão entregou o grupo de ilhas, quando submeteu a um juiz espanhol o nosso conquistado direito de propriedade. Sangue alemão correu em Samoa em quantidade, elevando assim o nosso direito à ilha ao grau de um dever religioso em relação às vítimas. No Oeste africano, Robert Flegel pesquisou o Negerbunuê. Comerciantes alemães haviam ocupado a corrente com fábricas e assim adquirido direitos. (...) Mas também

³⁵ Edgar Hartwig. Alldeutscher Verband. Dieter Fricke (Org.) In: *Lexikon zur Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerliche Parteien und Verbände in Deutschland.* Vol. I. Leipzig, 1983. Ainda: Josefine Husmann. *Der Alldeutsche Verband und die Flottenfrage.* Inaugural-Dissertation. Albert Ludwigs Universität zu Freiburg, 1945. E: Lothar Werner. *Der Alldeutsche Verband, 1890-1918.* In: *Historische Studien.* Berlin, 1935.

aí a Alemanha voltou atrás das nunca suficientes exigências dos ingleses, satisfazendo-se com promessas de livre comércio na preciosa corrente.”³⁶

Essas consecutivas perdas de áreas já ocupadas, culminando no Acordo Helgoland- Sansibar, representavam para esses nacionalistas uma derrota internacional frente às outras nações industrializadas. Para evitarem perdas ainda maiores, conseguiram influência no exterior e novamente adquiriram colônias, organizaram a Liga, que pretendia apoiar-se na importância, no direito e até no dever da Alemanha em ter um lugar ao sol junto às outras metrópoles. Através da publicação de artigos em jornais e conferências, trataram de sensibilizar a população alemã quanto ao papel histórico que lhes parecia caber no país.

A atuação da Liga se dava no sentido de que a emigração deveria ser dirigida para áreas onde os emigrantes pudessem manter a língua, os usos e costumes, e onde não sucumbissem à cultura nativa do lugar. Com a primeira denominação de Coligação Geral Alemã, em dois anos contou com 21.000 associados, compostos em sua maioria por profissionais liberais, professores universitários e por políticos. Devido a dificuldades financeiras, teve pouca atuação até 1893, e o número de sócios diminuiu sensivelmente. Em função de uma reestruturação, em 1894, Ernst Hasse assumiu a direção e o nome foi alterado para Liga Pangermânica. Hasse, era o presidente da “Associação de Leipzig para Geografia Comercial e Política Colonial”, pertencendo também à diretoria da Sociedade Colonial Teuta.³⁷

A Liga Pangermânica nunca teve o *status* de órgão governamental. Era uma organização da sociedade civil. Como organização da sociedade civil, a Liga inclusive criticou várias vezes posições e posturas do governo alemão, tanto a nível nacional quanto internacional, sempre quando julgava que os interesses nacionais estavam sendo prejudicados. Foi por sua iniciativa que, em 1895, foi entregue ao Parlamento Imperial um projeto de lei sobre a “Aquisição e perda da Cidadania Alemã”, que acabou se tornando lei em 1913, embora com algumas alterações. Em termos de propagação e manutenção da cultura alemã, ela foi uma das organizações mais ativas entre todas as relacionadas com a emigração. Nos seus estatutos constava: “§ I. A Liga Pangermânica foi criada para promover os interesses nacionais alemães no país e no exterior,

³⁶ BArchP, Alldeutscher Verband, 61 Ve I, p. 14.

³⁷ Hartwig, Alldeutscher Verband, op. cit. Veja ainda: Werner, op. cit.

tendo por objetivos: 1. Revitalização da consciência nacional na pátria e luta em todos os sentidos contra aqueles que se colocam contra o desenvolvimento nacional. 2. Cultivo e apoio a esforços da nacionalidade alemã em todos os países, onde membros do nosso povo são obrigados a lutar pela sobrevivência de sua especificidade, unificando todos os elementos alemães no mundo para esse objetivo. 3. Promoção de uma ativa política dos interesses alemães na Europa e no além-mar. Principalmente também a continuação do movimento colonial alemão para resultados práticos.”³⁸

A Liga desejava fomentar um povoamento mais intensivo das colônias alemãs na África, somente em segundo lugar a emigração para a América do Sul. Ela era a favor da emigração para os territórios alemães no leste europeu, nos quais já existiam populações alemãs.³⁹ A linha do pensamento e a política da Liga foram formuladas pela imprensa, do seguinte modo: “Antes de existir uma pátria alemã unificada, proclamava-se sarcasticamente na Inglaterra: «A França tem colônias, e não tem colonos; a Alemanha tem colonos, mas nenhuma colônia: a Inglaterra tem os dois.» Hoje temos colônias, e teríamos também colonos, mas não enviamos esses colonos para as nossas colônias!”⁴⁰ Por isso ela voltou-se também para os alemães na América do Sul. Devido às queixas de emigrantes, a Liga queria, oferecer aos alemães no exterior um apoio, à medida que ela as ouvia em relação a ataques de autoridades estrangeiras e a tênue defesa dos seus interesses através dos funcionários do Reich.⁴¹

Provavelmente os emigrantes alemães no Brasil teriam aceito com gratidão o apoio de organizações alemãs. Esse não ocorreu, exceto por algumas notícias em alguns jornais na Alemanha e em jornais teuto-brasileiros. Embora a grande maioria dos jornais teutos tivesse tendências conservadoras o que provavelmente era devido à insegurança dos imigrantes e seus descendentes no Brasil, o jornal *Germania*, de São Paulo, foi considerado pelas autoridades alemãs como sendo de tendência socialista, conforme mostra a seguinte observação de um diplomata alemão: “O *Jornal Alemão* de São Paulo possui um ponto de vista relativamente conservador, sendo redigido em tom e postura patriótica. O *Germania* tem ares socialistas, é fortemente anticlerical e procura agir através de rudeza no instinto das massas.”⁴²

No Sul do Brasil, os alemães e seus descendentes foram muitas vezes apontados, em jornais nativos, como pessoas suspeitas,

³⁸ BArchP, Alldeutscher Verband, idem, p.44.

³⁹ Werner, op. cit.

⁴⁰ Staatsarchiv Hamburg. Auswanderungsamt I 373-71, II AV 3, Vol. I. Publicado no *Hamburger Nachrichten*. De 14.08.1906.

⁴¹ Werner, op. cit., p. 117.

⁴² Politisches Archiv des AA, Bonn, R. 16584. Relatório de viagem do diplomata Michaelis ao Ministério do Exterior, 06.05.1911.

não confiáveis. Tanto por parte de brasileiros quanto de observadores estrangeiros, o seu progresso econômico, cultural e social ia sendo acompanhado com preocupação, mas, mesmo assim, não receberam nenhuma ajuda alemã, e isso não só pelo fato de já terem adquirido a cidadania brasileira, especialmente através da Grande Naturalização de 1891. Para o governo alemão, sempre foi prioritário, devido aos interesses comerciais, manter boas relações com as autoridades brasileiras.

A situação dos imigrantes nessa região aparece em um registro na *Kölnische Zeitung*: “Já durante a última revolução (1892-95), mostrou-se como foi deficiente essa proteção jurídica e a reaquisição de terras já adquiridas tornou, nos últimos anos, a situação ainda pior. Nenhum cidadão do Reich foi prejudicado pela reaquisição de terras, mas centenas de alemães já naturalizados, tiveram de voltar a adquirir do Estado, pagando mais uma vez a sua propriedade já adquirida de proprietários privados.”⁴³ Enquanto os alemães no Brasil podiam comprar as suas terras, muitos brasileiros de origem alemã tiveram o privilégio de “poderem” pagar duas vezes pelas mesmas terras. Isso foi praticado, rompendo todos os princípios jurídicos, no Rio Grande do Sul durante o início do século XX e, apesar dos vários artigos de jornais alemães no Brasil e da imprensa na Alemanha, o governo estadual e o governo federal nada fizeram para contornar a situação, deixando os imigrantes e seus descendentes não só entregues à sua sorte, mas forçados a pagar em dobro. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul chegou a declarar que o ato seria anulado, mas durante anos nada foi feito.

A imprensa alemã retomou, em 1906, o assunto, afirmando: “A campanha nativista contra o elemento germânico foi conduzida de modo especialmente intenso e aberto. Pouco a pouco foram chegando fatos ao conhecimento público, que demonstram que isso só podia ter tido o objetivo de mascarar a roubalheira, que funcionários públicos nativistas empreenderam contra as poupanças dos colonos alemães, à medida que estes foram obrigados a concretizar pela segunda vez a compra.”⁴⁴ Quem não pôde pagar novamente, teve de abandonar as terras. Devido à repetição de tais fatos, o *Hamburger Nachrichten*, comentou: “Num lugar de destaque, aventamos, há cerca de dois meses, a brutal postura do governo brasileiro contra colonos alemães no Rio Grande do Sul. Tratava-se, daquela vez, de propriedades fundiárias que o governo

declarou como propriedade do Estado, embora ele mesmo tivesse fornecido aos colonos títulos legais de propriedade. Agora, trata-se de terra privada que se encontra há mais de 70 anos de posse dos moradores, bem como dos vendedores. O caso ocorre na Sesmaria Ubatuba em Lagado.”⁴⁵

A situação em outra área de colonização foi assim avaliada, em 1906: “Em relação à famigerada “limpeza fundiária” (Landbereinigung: a reaquisição de terras já pagas) diz-se que ela teria chegado ao fim no início de 1903, o que, até certo ponto, está correto. Além disso, está correto que, no caso dos colonos alemães de Santa Cruz, que iam ser forçados a pagar novamente a sua propriedade adquirida dentro da lei, esse pagamento foi anistiado para aquelas pessoas não haviam se apressado a pagar logo após a primeira ameaça. Estas podem solicitar uma indenização em terras devolutas, que lhes será então entregue em algum lugar numa mata distante. O dinheiro extorquido é que elas não vão receber de volta.”⁴⁶

Segundo informações dos jornais alemães, episódios dessa ordem somente ocorreram com os teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, não atingindo os ítalo-brasileiros, que também já viviam há várias décadas no Estado. Daí a importância que poderia ter tido uma organização como a Liga Pangermânica, caso estendesse as suas atividades em países onde se encontrassem alemães, ainda que naturalizados, para os ajudar a defender seus interesses. A repercussão internacional de ações discriminatórias dentro de um país pode ajudar eventualmente a conter o arbítrio e a prepotência. Quanto a essas ocorrências no Rio Grande do Sul, a Liga nada fez diretamente em favor dos atingidos, levando apenas à publicação dos fatos na imprensa alemã.

Companhias de navegação: Norddeutscher Lloyd e Hamburg-Amerika-Linie

O Lóide Nórdico Alemão e a Linha Hamburgo-América foram as companhias de navegação alemãs que se destacaram no transporte de mercadorias e de passageiros para os Estados Unidos e para a América Latina. Obtiveram bons lucros com esse empreendimento. Elas tinham interesse direto em tudo o que se relacio-

⁴³ BarchP, AA, Nr. 30285.

⁴⁴ Staatsarchiv Hamburg, 373 - 7 - 1, Auswanderungsamt I, C II, 3. Artigo do *Hamburger Nachrichten*, 01.08.1906.

⁴⁵ Idem. 01.10.1906. Veja ainda: Brunn, op. cit., p. 171.

⁴⁶ Staatsarchiv Hamburg, op. cit., 30.10.1906.

nava com a emigração. Fato é que seus diretores integravam, ao mesmo tempo, diversas associações e sociedades. Um papel decisivo no cancelamento parcial do Decreto van der Heydt para os três Estados sulinos, na formação da Sociedade Hanseática de Colonização e no aparecimento da Lei de Emigração, desempenhou o então diretor do Lóide Nórdico Alemão, Wiegand, que em 1894/95 fez uma viagem de cinco meses para a América do Sul. Ao retornar, escreveu sobre as boas condições de prosperidade dos alemães, conseguindo interessar parte dos meios políticos a fim de que se direcionasse a emigração para essa região.

Pela Lei de Emigração de 1897, as duas companhias receberam o direito de transportar somente passageiros alemães a partir dos portos alemães. Em um texto de 1897, sobre o projeto de tal lei, afirmava-se que o pretendido prejudicaria as linhas de navegação alemãs, impondo-lhes uma série de compromissos, aos quais era difícil atender.⁴⁷ Entre outros, destacavam: “A Lei simplesmente não se preocupa que os estrangeiros, sobre os quais o Império alemão não tem jurisdição, possam exercer o seu direito de fazerem as suas viagens através de portos intermediários, conforme preferiam. Seria interessante saber de onde o governo quer ter o direito de forçar o emigrante, que viaja através da Alemanha com trens alemães, pagando a sua passagem para isso tão bem quanto qualquer outro, a continuar em uma determinada companhia o seu caminho para os lugares de destinação no além-mar.”⁴⁸ Essa regra não foi cumprida pelas Companhias, pois muitos emigrantes do Leste europeu continuaram a embarcar nos portos de Hamburgo e Bremen. Por outro lado deve considerar-se que, desde a entrada em vigor da Lei até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a emigração alemã não alcançou mais as elevadas cifras da década de 1880. Por isso, somente os navios com o transporte de emigrantes do Leste é que tinham um razoável número de passageiros.

Sobre os prejuízos que poderiam ocorrer para as companhias de navegação com a Lei de Emigração, constava ainda, na crítica do projeto: “Parece que, na área da elaboração das leis, ainda não se soube avaliar a importância das duas linhas de vapor alemãs, a Linha Hamburgo-América e o Lóide Nórdico Alemão, que estão agora entre as mais importantes companhias de navegação do mundo, e que isso somente tenha se tornado possível através do trânsito da emigração, e esse trânsito foi o que abriu para o comércio e indústria

⁴⁷ BArchP, AA, Nr. 29668.

⁴⁸ Idem, p. 45.

alemãs áreas de exportação.”⁴⁹ As duas companhias empreendiam, cada uma, quatro viagens por mês para o Brasil.⁵⁰

Como oficialmente era proibido o transporte de emigrantes alemães para outros Estados brasileiros que não os do Sul, as companhias de navegação solicitaram permissão ao governo alemão para transportarem passageiros de outras nacionalidades aos portos brasileiros do Sudeste e Norte, o que acabou sendo-lhes concedido.⁵¹ É difícil saber se a resolução governamental alemã, de que não se levassem alemães com passagens subvencionadas pelo governo brasileiro, foi de fato rigorosamente cumprida pelas Companhias. Pode-se até supor que a prática retirasse eficácia à lei. Entre esses portos encontrava-se o de Santos, no Estado de São Paulo, para o qual a maioria dos emigrantes se dirigia em virtude da prosperidade do Estado e a consequente disponibilidade de meios financeiros para subvencionar passagens.

O jornal *Germania* publicou um artigo sobre fatos ocorridos com imigrantes alemães no Estado de São Paulo, destacando: “As sociedades de navegação de Hamburgo e Bremen transportaram, no último meio ano, vários emigrantes para cá, que até agora foram identificados como alemães nos jornais. Segundo as informações obtidas, tratam-se de austríacos ou de poloneses não-germânicos.”⁵² Não fica aí esclarecido quais os jornais que os definiam como alemães e qual a razão desse procedimento, mas é de se supor que fossem jornais luso-brasileiros, pois na Alemanha seria mais difícil registrar outra nacionalidade para emigrantes não rigorosamente alemães e que saíam pelos portos de Hamburgo, Bremen ou Stetin.

Como não ficam claras quais as vantagens que poderiam eventualmente ter as companhias de navegação, ou até mesmo os funcionários públicos alemães, em alterarem a nacionalidade dos emigrantes, é de se supor que a confusão tenha surgido de parte das autoridades brasileiras, que não fizeram distinção entre as diversas nacionalidades dos imigrantes, provavelmente registrando como alemães todos os imigrantes que vinham nos navios alemães. Para elas, austríacos, suíços e poloneses também entravam sob a rubrica de “alemães”. Isso significa que se registraram no Brasil como alemães um número maior dos que realmente haviam emigrado da Alemanha.

⁴⁹ Idem, p. 43 verso.

⁵⁰ Eduard Dettmann, *Brasilien: Aufschwung in deutscher Beleuchtung*. Berlin, 1908.

⁵¹ Staatsarchiv Hamburg, Auswanderungsamt I 373-71, IV C 11, Livro. 2.

⁵² BArchP, RMDI, Nr. 1739, p. 62, De 06.08.1908.

Associações religiosas: Comité für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien, Evangelische Hauptverein für deutsche Ansiedler und Aus-wanderer, St. Raphaels Verein

As associações religiosas tiveram em relação à emigração uma atividade ao menos tão importante quanto as demais organizações. Na vida cotidiana do emigrado, tiveram uma importância inclusive maior. A quase totalidade dos emigrantes era fortemente marcada pela religião evangélica ou pela católica. Através da Igreja, o emigrado encontrava logo uma comunidade, na qual encontrava apoio e solidariedade. No final do século XIX, a Igreja Católica e a Igreja Evangélica já se encontravam bem mais organizadas no Sul do Brasil do que no início da imigração. Essas organizações religiosas davam sobretudo assistência espiritual aos emigrantes, que era iniciada inclusive já nas regiões de emigração, com o fornecimento de informações sobre a situação dos lugares buscados. Assistência era dada também nos abrigos de emigrantes em Hamburgo e Bremen, e, durante as viagens, havia muitas vezes um pastor ou padre acompanhando os passageiros, limitando-se ele, porém, geralmente a dar assistência apenas dentro do navio: raras vezes acompanhava os emigrantes diretamente até onde eles iam estabelecer-se.

Desde a sua criação, as associações religiosas reivindicaram junto às autoridades que fossem melhoradas as condições de transporte dos emigrantes, pois muitos navios, com o objetivo de obter maior lucro, transportavam mais passageiros do que as suas acomodações permitiam. Tal prática acarretava o surgimento de doenças durante a viagem, com epidemias e mortes, sendo as crianças as mais afetadas. Depois dos primeiros imigrantes, seguiram pastores alemães para as colônias maiores. Uma das grandes preocupações dos imigrantes católicos e protestantes era, no entanto, o abandono espiritual. Somente a partir de 1864, com a criação do "Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil", pelo Dr. Friedrich Fabri⁵³, iniciou-se um trabalho no sentido de que, além da crença religiosa, também se mantivessem a língua e a cultura. A partir desse período foram enviados regularmente pastores para o Brasil.

Fabri editou, em 1879, a obra "Necessita a Alemanha de colônias?", sendo ele, segundo Brunn⁵⁴, considerado o fundador

⁵³ Prien, op. cit.

⁵⁴ Brunn, op. cit. p. 116.

do movimento colonial alemão. Com essa obra, segundo Sudhaus, surgiu uma nova postura na questão da criação de colônias. O pensamento colonial encontrou em pouco tempo entre o povo alemão uma grande difusão, ocasionando o surgimento de várias associações e sociedades.⁵⁵ O Comitê de Fabri não pretendia uma anexação política do Sul do Brasil por parte da Alemanha: a sua preocupação principal era a de que os imigrantes mantivessem a língua alemã, porque esta também era a do Evangelho de Lutero. Dizia que, se os colonos a perdessem, automaticamente também não teriam mais a base de sua religião. Segundo Martin Dreher, "é um erro querer supor que o Comitê tenha objetivos puramente colonialistas, pois com isso se estaria colocando a mola propulsora dessa associação de caráter privado em segundo plano: a assistência religiosa dos alemães emigrados para o Brasil e seus descendentes. Ele, o teólogo, em sua obra de 1879, está preocupado com o bem-estar temporal de seu povo."⁵⁶ O Comitê foi fusionado, em 1881, com a "Sociedade Evangélica para Alemães na América do Norte", que havia sido fundada em 1837, cuja denominação passou a ser "Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América", sob a direção de Friedrich Fabri, até a sua morte em 1891.

Essa organização continuou cuidando dos interesses dos evangélicos no Novo Mundo. Para a manutenção da língua e da religião, foram enviados pastores e professores para o Brasil, promovendo também a construção de igrejas e escolas, a doação de sinos, bíblias e hinários. Existiu ainda, em vista da absoluta falta de assistência social da parte do Estado brasileiro, um fundo para viúvas e aposentados.⁵⁷ Enquanto, Prien e Dreher consideram que Fabri tenha tido, sobretudo, a preocupação com o bem estar espiritual dos emigrantes e a manutenção da língua e dos costumes alemães, outros historiadores - entre eles, Sudhaus, Bade, Brunn - entendem ter sido ele o incentivador do movimento colonialista alemão. Assim, o fator religioso teria se tornado secundário.

Segundo Bade, Fabri teria percebido que a Alemanha possuía um excedente populacional e um excedente de produção, concluindo disso que havia a necessidade de o país possuir colônias, (note-se, que, no ano de publicação da sua obra, o país não tinha possessões no exterior), para onde os emigrantes pudessem ser enviados, como um meio de diminuir a pressão social no país. Essa foi a postura adotada na década de setenta. Em 1880, no Primeiro Congresso para

⁵⁵ Sudhaus, op. cit.

⁵⁶ Dreher, op. cit. p.83.

⁵⁷ Idem, op. cit.

Geografia Comercial, Fabri distanciou-se, do seu projeto de exportação em massa, propondo um aconselhamento na emigração, sem interesses comerciais.⁵⁸

Em 1897, foi fundada a “Federação Evangélica dos Colonos e Emigrantes Alemães”, em Witzhausen a.d. Werra, cuja presidência foi, durante anos, ocupada por Ernst Fabarius. Seu objetivo era: “A associação deseja especialmente estar ao lado dos emigrantes alemães com palavras e atos, defender o seu bem-estar econômico, religioso e espiritual, bem como manter o seu credo evangélico ligado com a pátria.”⁵⁹ Como uma de suas principais tarefas, a associação propunha: “Os emigrantes evangélicos não devem se sentir como membros esquecidos de sua igreja, como repudiados, crianças esquecidas de seu forte povo alemão, eles devem sentir-se e mostrar no país estrangeiro como pioneiros da cultura alemã e portadores da cultura cristã alemã. Eles devem, sem ódio contra o povo que lhes presenteou uma nova pátria, mas com orgulho e agradecimento, lembrar que são alemães.”⁶⁰

Não é de se esperar que as autoridades brasileiras tivessem entusiasmo ou simpatia por tal posição. A associação de Fabarius colocou-se a favor de um direcionamento da emigração, o que poderia ser conseguido com a criação de escritórios de orientação. Fabarius posicionou-se no sentido de: “rejeitar a emigração para os Estados Unidos, porque os emigrantes lá não somente se perdem para a germanidade, mas servem diretamente para o fortalecimento do mais importante adversário da Alemanha; favorecer, ao invés disso, a África e a América Latina. Ele não desejava porém impedir ninguém de emigrar que tivesse nos Estados Unidos perspectiva de progresso econômico.”⁶¹ Sua atenção voltou-se, de modo especial, para o Brasil, pelo fato de ser um país predominantemente católico, onde os evangélicos eram uma minoria, mesmo que compusessem a metade dos emigrantes alemães. Com relativo sucesso, a Federação atuou no Sul do Brasil, onde ajudou os alemães em geral, e principalmente os protestantes, a manterem durante gerações a língua, os usos e costumes do país de origem.

Devido às dificuldades que os imigrantes encontraram no Brasil, Fabarius manifestou-se por diversas vezes, através da imprensa alemã, contra a emigração, o que desagradou às autoridades brasileiras, principalmente ao Ministério das Relações Exteriores, bem como ao “Centro de Informações para Emigrantes”.⁶² Mais tarde, em

⁵⁸ Klaus J. Bade. Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit. Revolution - Depression - Expansion. In: *Beiträge zur Übersee und Kolonialgeschichte*. Vol. 13. Freiburg i. Br., 1975. O autor analisa toda a trajetória de Fabri, como suas atividades religiosas, palestras e obras. Aborda ainda as atividades de Fabri com seus colaboradores em favor do movimento colonial, destacando-se entre eles, Ernst von Weber e Wilhelm Hübbe Schleiden. Para o autor, os três são considerados os mais importantes divulgadores do expansionismo do final dos anos 70 do século XIX. Weber teria sido a favor de uma emigração forçada para a África, enquanto Schleiden e Fabri voltaram seus interesses na emigração para a América do Sul. Adversários de suas idéias foram F.C. Philipson e Friedrich Kapp.

⁵⁹ BArchP, AA, Nr. 29702, p. 23.
⁶⁰ Idem, p. 23.

⁶¹ Helmut Talasko. Aus der Geschichte der evangelischen Arbeit für Auswandernde und Ausgewanderte. In: *Zeitschrift für Kulturaustausch*, 3, 39 Ano 1989, Stuttgart, p. 351.

⁶² BArchP, AA, Nr. 29704.

uma reunião do Conselho do Centro de Informações para Emigrantes, Fabarius, segundo um relato de Stengel, explicou: “(...) ele próprio (Fabarius-MGK) havia sido, no passado, um grande amigo do Brasil, mas percebera, no decorrer do tempo, que os alemães não encontravam o devido respeito e consideração por parte dos círculos oligárquicos brasileiros, a que eles tinham direito pela importância e posição histórica de elemento alemão. A administração pública brasileira parecia tender diretamente a oprimir a germanidade ali existente.”⁶³

A Federação orientava os emigrantes para determinadas áreas, recomendando aquelas que julgava mais convenientes. Eram regiões em que já viviam muitos imigrantes alemães e onde havia, principalmente para os evangélicos, a possibilidade de manterem a sua língua, as suas tradições e os seus costumes. Essa posição foi apoiada através da publicação de artigos em jornais e revistas religiosas. Ela correspondia também, durante um século, a uma convicção dos teuto-brasileiros, até a Primeira Guerra, enquanto o nazismo e a Segunda Guerra Mundial propiciaram o pretexto e as condições para o quase-aniquilamento da cultura de língua alemã no Brasil.

Nos moldes das associações evangélicas foi criada, em 1871, a “Associação São Rafael”, por Peter Paul Cahensly.⁶⁴ A preocupação inicial do fundador era a de dar alguma assistência aos emigrantes alemães, pois Cahensly havia presenciado a triste situação dos emigrantes em Le Havre, abandonados à sua própria sorte, sem apoio governamental, e de funcionários entregues ao arbítrio dos agentes de emigração, que costumavam prometer a todos um brilhante futuro. Cahensly, em 1896, esclarecia: “A Associação São Rafael não transporta nenhum emigrante e não estimula a emigração. Pelo contrário, muitos milhares, permaneceram na pátria alemã por causa do seu aconselhamento.”⁶⁵ As atividades dessa Associação estenderam-se principalmente para os Estados Unidos, onde os católicos eram uma minoria, ajudando de modo especial na construção de igrejas e no envio de religiosos.

Analisando a atuação das diversas organizações alemãs, a “Sociedade de Apoio à Política Cultural no Exterior” propunha: “No âmbito da vida cultural da nação como um todo, atuam, como instrumento da política externa, principalmente as organizações religiosas em todas as suas formas, na medida em que elas estão nacionalmente mais ou menos ligadas à atividade da fantasia na música,

⁶³ BArchP, AA, Nr. 30297, p. 102.

⁶⁴ Heinrich Schenk und Victor Mohr. *Das erbe Cahenslys*. Hildesheim, 1989.

⁶⁵ Idem, p. 18.

poesia e arte, a ciência no velho domínio alemão da filosofia, como em suas disciplinas isoladas, e isso principalmente nas letras. Sob todos esses aspectos, precisa ser desenvolvido um amplo programa de política cultural externa. Devem ser estudadas sistematicamente as formas, dos instrumentos acima citados, para elevar a imagem alemã no exterior. (...) A capacidade de formular questões está em primeiro lugar no conhecimento exato do material, precisando ser desenvolvido o domínio científico do estado atual nessas áreas em relação aos principais setores, bem como os seus fundamentos nacionais, por exemplo, o conhecimento pormenorizado da evolução do elemento teuto no exterior. Para essa finalidade precisaria ser criada uma instituição conjunta, ampliando-a depois para um departamento científico.”⁶⁶ Para realizar as propostas acima, deveriam ser contactadas pessoas influentes, ligadas às associações alemãs, que poderiam realizar tal empreendimento. Como a proposta surgiu poucos meses antes da eclosão da Primeira Guerra, o projeto ficou sem efetivação.

Pode-se concluir que as organizações ligadas à emigração serviram para orientar os emigrantes para os lugares mais apropriados. Principalmente a “Associação Filantrópica dos Emigrantes Alemães” dedicou-se aos problemas sociais dos emigrantes potenciais. Quanto à objetividade da análise das condições sociais, merecem destaque principalmente as associações religiosas, que não eram tão dominadas por interesses comerciais. De qualquer maneira, resta o problema da diferença entre o que os estatutos e os discursos oficiais dessas sociedades declaravam e aquilo que por elas de fato foi realizado. Também não ocorreu o perigo de uma supremacia dos alemães no Brasil, como foi previsto pelos opositores da imigração alemã. Não se pode descartar de todo que, apesar de existir a proibição de propaganda para a emigração na Alemanha, algumas organizações também tenham tido agentes de emigração atuando na Alemanha, ao lado dos agentes enviados pelo governo brasileiro. Estes últimos atuavam em outros países europeus, de onde a sua propaganda atingia a Alemanha. Os agentes alemães devem ter atuado em cidades onde havia um grande número de desempregados: freqüentes advertências nos jornais alemães contra a emigração para o Brasil permitem supor a existência de tais atividades.

⁶⁶ BArchP. Reichskolonial Angelegenheiten, Nr. 11703/11704, p. 74.